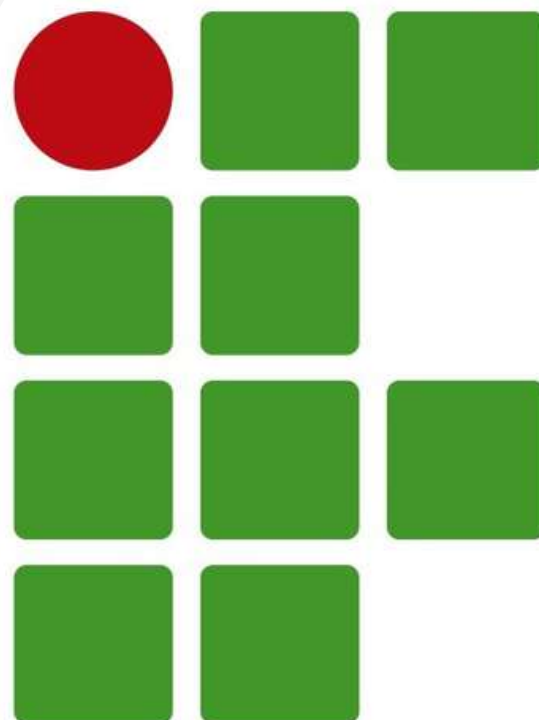




ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E A GOVERNANÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS MINEIROS

ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E A GOVERNANÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS MINEIROS

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Welesson Flávio da Silva ao Programa de Pós-graduação em Administração Pública em Rede nacional (PROFIAP), sob orientação da docente Tainá Gomide Rodrigues Souza Pinto, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Fonte: banco de imagens gratuitas vecteezy

Resumo

04

Contexto de análise

05

Público-alvo da proposta

06

Descrição da situação-problema

07

Objetivos da proposta de intervenção

08

Análise da Situação-Problema

09

Proposta de intervenção

21

Responsáveis pela proposta de
intervenção e contatos

25

Referências

26

Protocolo de recebimento

27

RESUMO

Este relatório representa um produto gerado a partir do estudo de quatro tipos de documentos estratégicos referentes aos cinco Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), localizados no Estado de Minas Gerais. A partir da investigação realizada, buscou-se analisar as relações das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) e a governança dos IFS mineiros. Este trabalho objetiva apresentar recomendações visando proporcionar maior eficiência na gestão e ampliação da participação social. Todas as recomendações deste relatório são consideradas contribuições que, de alguma forma, perpassam pelas TICs as quais interferem de forma direta ou indiretamente na governança universitária dos Institutos Federais atuantes no Estado de Minas Gerais.

CONTEXTO

O contexto de estudo ocorre em cinco Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, organizações de ensino público, localizadas no Estado de Minas Gerais que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conhecidas como IFs. A Rede Federal de Educação Profissional foi criada por meio da Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, e dela fazem parte: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, todos com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e pedagógica.

No Brasil, são 38 Institutos Federais, 2 CEFETs, 1 Universidade Tecnológica, 22 Escolas Técnicas e o Colégio Pedro II. A rede totaliza 680 unidades espalhadas pelo país. (BRASIL, 2008; BRASIL, 2023).

Os cinco IFs mineiros que compõem este estudo somam ao todo 57 unidades de ensino distribuídas pelo estado de Minas Gerais. A tabela 1 apresenta a quantidade de unidades por IF mineiro e a localização de suas respectivas reitorias.

Tabela 1: quantidade de unidades por IF mineiro e localização das reitorias.

Unidade de Análise – IFs em MG	Quantidade de Campi/polos	Local da Sede (reitoria)
IFMG	19	Belo Horizonte
IFNMG	11	Montes Claros
IF SUL MG	8	Pouso Alegre
IF SUDESTE MG	10	Juiz de Fora
IF TRIÂNGULO MG	9	Uberaba

Fonte: elaboração própria

PÚBLICO-ALVO

As recomendações do presente relatório, são direcionadas às entidades administrativas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, visando fortalecer a participação de toda comunidade acadêmica, considerando servidores técnico-administrativos e docentes, bem como estudantes e terceirizados, que direta ou indiretamente são afetados pela proposta.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Com seis anos de experiência como servidor no setor de Tecnologia da Informação (TI) de um dos Institutos Federais (IFs) mineiros, além de ter sido estudante na mesma instituição, o autor deste relatório se encontra em uma posição única para analisar a relação intrínseca entre as TICs e a governança.

Motivado pelas demandas operacionais advindas das TICs e das pessoas que utilizam estas soluções, o autor decidiu aprofundar seus conhecimentos neste campo, embarcando em uma pesquisa com o objetivo de analisar as principais relações que estas tecnologias podem oferecer para a governança institucional de cada IF mineiro.

A vivência do autor como servidor e ex-aluno proporciona uma perspectiva singular sobre o tema. Sua experiência prática o permite compreender as nuances e desafios da implementação e utilização das TICs no contexto da governança pública universitária dos IFs.

Essa visão interna é crucial para identificar as oportunidades e os obstáculos que permeiam a relação entre as TICs e a gestão eficiente das instituições numa perspectiva de governança.

OBJETIVOS DA PROPOSTA

Apresentar as principais relações entre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) e a governança dos IFs mineiros, visando proporcionar maior eficiência na gestão, *accountability* e ampliação da participação social.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A pesquisa baseou-se em 56 documentos institucionais, vigentes entre 2018 a 2022, contemplando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano de Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), Relatório de autoavaliação institucional (TCU) e Relatório de Gestão, oriundos dos IFs mencionados anteriormente,

Para proceder à análise de conteúdo, baseado no método de categorização temática estipulado por Bardin (2011), este estudo foi dividido em 3 capítulos: (1) as TICS e a estrutura de governança dos IFs mineiros; (2) as TICS e os mecanismos de governança; e (3) as TICS na governança universitária

Além da categorização temática realizou-se a análise de frequência de palavras e a verificação coocorrências conhecida também como análise contingencial. Esta técnica verifica as relações de associação entre os elementos analisados, ou ocorrência simultânea, em um mesmo contexto (Bardin, 2011).

TICS e a estrutura de governança dos IFs mineiros

O primeiro capítulo, denominado “TICS e a estrutura de governança dos IFs mineiros”, contempla uma categoria com três códigos que são analisados de forma detalhada: 1.1 - Estrutura de governança; 1.2 - Recursos para garantir a governança; e 1.3 - Indicadores do TCU.

1.1 – Estrutura de Governança

Em relação ao código 1.1 – “Estrutura de Governança”, a análise foi baseada no modelo de Governança proposto pelo TCU, ao qual os IFs são submissos. Tal modelo, em síntese, é composto por: sociedade, instâncias internas (de governança e de apoio à governança), instâncias externas (de governança e de apoio à governança) e pela Gestão da organização.

➤ Ao se analisar a estrutura de governança dos IFs mineiros, baseadas nos relatórios de gestão, percebeu-se que no caso do IF Sudeste MG, não foram encontradas instâncias externas de apoio à governança em seu modelo, assim como ocorreu no IFMG. Isso pressupõe a possibilidade de impactos nos aspectos de *accountability*, uma vez que auditorias independentes estão ausentes na estrutura.

➤ Nas demais instituições, observou-se a presença de dessas instâncias em pelo menos um dos anos analisados entre o período de 2018 a 2022.

Após análise, constatou-se que, apenas, o IFNMG não possuía representação em seu organograma no período de 2018 a 2020. Entretanto, a Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação foi incluída no organograma para os anos de 2021 e 2022.

➤ As TICs, representadas por seus órgãos colegiados, estão presentes na estrutura de governança dos IFs mineiros e no organograma institucional.

1.2 – Recursos para garantir a governança

Em relação ao código 1.2 – “Recursos para garantir a governança”, ainda, referente ao primeiro capítulo, a análise baseou-se, principalmente, nos valores de recursos de investimento e custeio empenhados entre 2018 e 2022. Foram considerados os empenhos relativos às Tecnologias da Informação e Comunicação para o período analisado conforme os dados publicados nos relatórios de gestão, e demais documentos analisados.

Na análise, observou-se uma diferença entre os valores empenhados pelos IFs, Notou-se que o IF Sul de Minas ultrapassou 5% de investimentos em TICs, quando comparado ao total empenhado (investimento e custeio). Os demais institutos mineiros não chegaram a esse percentual.

Verificou-se que os IFs mineiros não apresentam um orçamento específico para TICs, apesar de apresentar previsibilidade de gastos e investimentos em seus PDTICs.

Além dos recursos financeiros utilizados para se investir nas TICs e, conseqüentemente, melhorar a governança institucional observou-se que alguns recursos tecnológicos são comuns entre os Institutos Federais de Minas Gerais como por exemplo: os portais institucionais, SIADS, SIPAC, SIAFI, DOU e plataforma Fala.BR.

Estes recursos estão diretamente relacionados à gestão, transparência, *accountability* e participação social.

1.3 Indicadores do TCU

Em relação ao código 1.3 “Indicadores do TCU”, a análise foi baseada, sobretudo, no “Índice integrado de governança e gestão pública (iGG)”. Este indicador é obtido por meio da aplicação de um questionário de autoavaliação, aplicado pelo TCU às instituições a ele jurisdicionadas. Tal relatório contém seis temas e cada um possui seu conjunto de indicadores, os quais compõem o iGG. Além deste, a pesquisa analisou os seguintes indicadores: iGovPub, iGovTI e iGestTI por estarem diretamente relacionados às TICs.

- Em síntese, o iGG engloba todos os indicadores, o iGovPub, refere-se às práticas de governança que estão relacionadas aos mecanismos de liderança, estratégia e controle, e por fim, os indicadores iGovTI e iGestTI referem-se à governança e gestão de TI e capacidade em gestão de TI.

- Analisando os indicadores que compõem o iGG, entre os cinco IFs mineiros no período estudado, percebe-se que o IFMG conseguiu atingir o nível aprimorado em 6 dos 9 indicadores. Outro destaque positivo foi em relação ao IF Sul de Minas que conseguiu atingir o nível intermediário em todos os índices.

Contudo, verificou-se que, em 2018, apesar do IF Sul MG ter sido o que mais investiu em TICs, seu indicador iGovTI foi menor que o do IFTM que investiu menos em TIC. Porém, em 2021 a situação se inverteu. Isso reforça o argumento de que não há uma relação direta entre valor investido e indicadores de governança e gestão.

2. As TICS e os mecanismos de governança

O segundo capítulo denominado “TICS e os mecanismos de governança”, contempla a análise de três categorias: 2.1 – Liderança; 2.2 – Estratégia; e 2.3 – Controle.

2.1 – Liderança.

Para o TCU, a categoria liderança é um dos mecanismos que está relacionado aos processos de tomada de decisão pelas autoridades máximas das instituições, que engloba os conselhos ou colegiados superiores, responsáveis por estabelecer, avaliar e ajustar o modelo de governança.

Para proceder a análise desta categoria, observou-se as três práticas: “Estabelecer o modelo de governança”, “Promover a integridade” e “Promover a capacidade de liderança”.

Além disso, foi realizada uma verificação da frequência de palavras

A partir da categorização (classificação) foi possível inferir que a relação existente entre as práticas de governança nos IFs mineiros relacionadas à Liderança derivam subjetivamente da conexão contextual dos códigos identificados, sendo eles: “Princípios norteadores”; “missão, visão e valores”; “conselho de governança digital ou órgão equivalente”; “modelo de governança”; “conselho de governança institucional”; “prática de integridade”; “liderança”; “avaliação de desempenho”; e “sucessão.

Realizou-se, ainda, uma análise contingencial (coocorrências), que permitiu identificar uma relação forte existente entre as práticas “Estabelecer o modelo de governança” e “As TICs nas práticas de governança”.

Ficou evidente que as TICs se manifestam de forma significativa participando dos modelos estruturais e institucionais, além de possuírem o seu próprio modelo.

Por fim, identificou-se que a utilização de sistemas, inclusive para avaliação de desempenho e do estágio probatório como realizado pelo IF Sul de Minas (SUAP), contribui para o mecanismo de liderança (IF Sul MG, 2019).

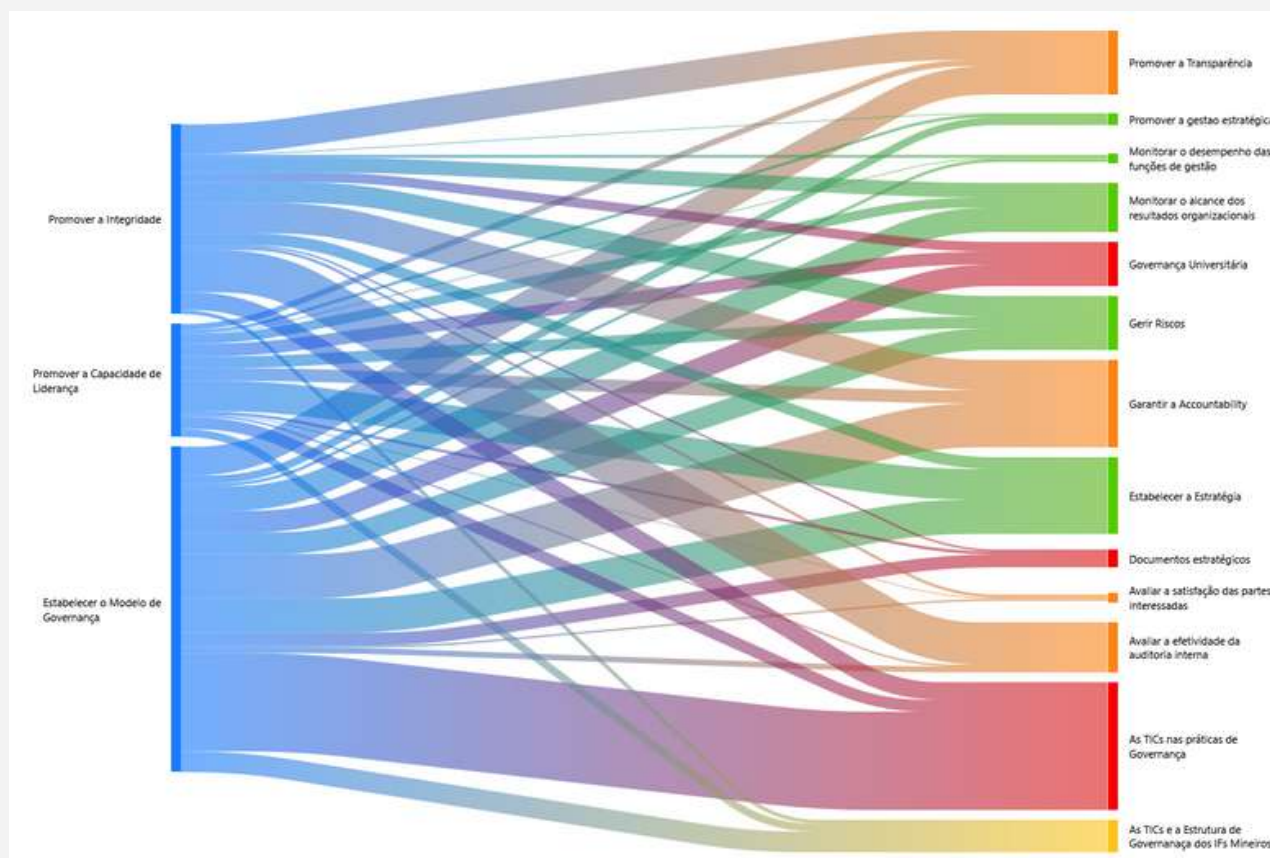
Figura 1: categoria Liderança



Fonte: Adaptado a partir do software Atlas.ti de Brasil. (2020).

Diagrama de coocorrências do mecanismo Liderança.

Figura 2: diagrama de coocorrências da categoria Liderança



Fonte: elaboração própria a partir do software Atlas.ti

2.2 – Estratégia

Em relação a categoria “Estratégia”, a análise foi baseada em cinco práticas de governança: “Gerir riscos”, “Estabelecer a estratégia”, “Promover a gestão estratégica”, “Monitorar o alcance dos resultados organizacionais” e “Monitorar o desempenho das funções de gestão”. (Brasil, 2020)

Figura 3: categoria Estratégia e práticas de governança



Especificamente sobre a prática “gerir riscos”, observa-se que, na análise de coocorrências, a maioria dos fluxos que saem dessa prática em direção às demais são de intensidades semelhantes, sendo que dois se sobressaem: os que se ligam à prática “Promover a transparência” e “As TICs nas práticas de governança”. Ou seja, comprova-se que as TICs possuem papel fundamental nas práticas de gestão de riscos e de *accountability*.

Para a categoria “Estabelecer a estratégia” a análise detalhada de suas interconexões por meio do diagrama de coocorrências revela pontos fortes e oportunidades de aprimoramento, consolidando a importância da definição de objetivos e metas claras para o sucesso das práticas de governança.

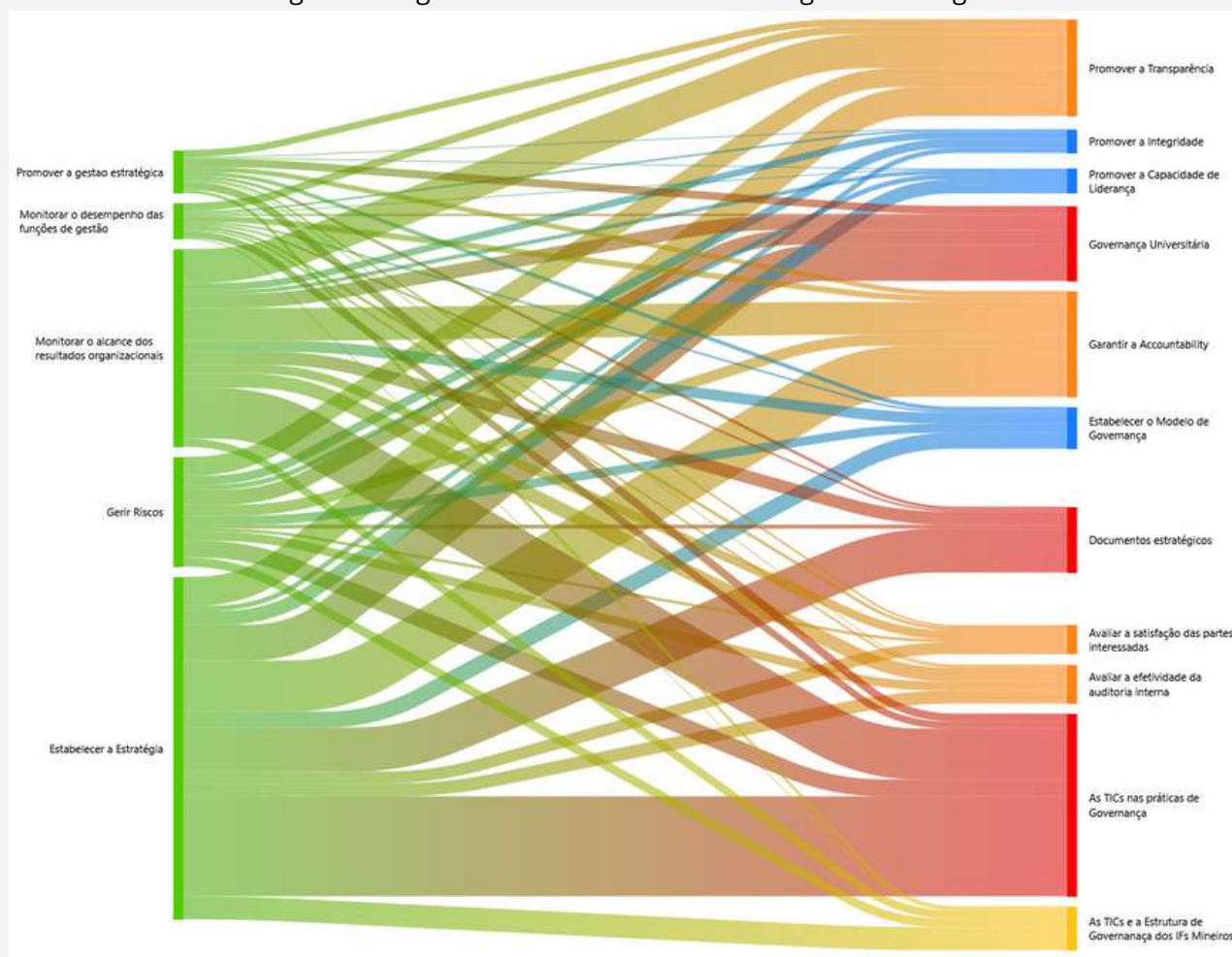
Em se tratando das práticas “Promover a gestão estratégica”, “Monitorar o desempenho da função de gestão” e “Monitorar o alcance dos resultados organizacionais”, verificou-se que possuem fluxos com menos intensidade o que nos permite inferir a possibilidade de deficiência por parte dos IFs mineiros ou a necessidade de maior atenção da gestão para estas práticas.

Quanto aos fluxos que se ligam às práticas “Promover a transparência”, “Garantir a accountability” e a “As TICs nas práticas de governança”, observou-se maior intensidade no fluxo, o que sugere ser pontos fortes dos IFs mineiros quanto a essas práticas.

As palavras com maior frequência foram: “gestão”, “ações”, “objetivos”, “instituição”, “indicador” e “processo”. As com menor frequência são: “setores”, “acordar”, “responsabilidade” e “qualificação”.

Diagrama de coocorrências do mecanismo Estratégia.

Figura 4: diagrama de coocorrências da categoria Estratégia



Fonte: elaboração própria a partir do software Atlas.ti

2.3 Controle

Em relação categoria “Controle”, a análise foi baseada nas seguintes práticas: “Promover a transparência”; “Garantir a *accountability*”; “Avaliar a efetividade da auditoria interna”; e “Avaliar a satisfação das partes interessadas”.

Figura 5: categoria Controle



Por meio das análises da categoria de controle, análise de frequência de palavras, análise de concorrências e das citações, verificou-se que as TICs não só participam como também se estabelecem como práticas que contribuem diretamente nos procedimentos do mecanismo de controle.

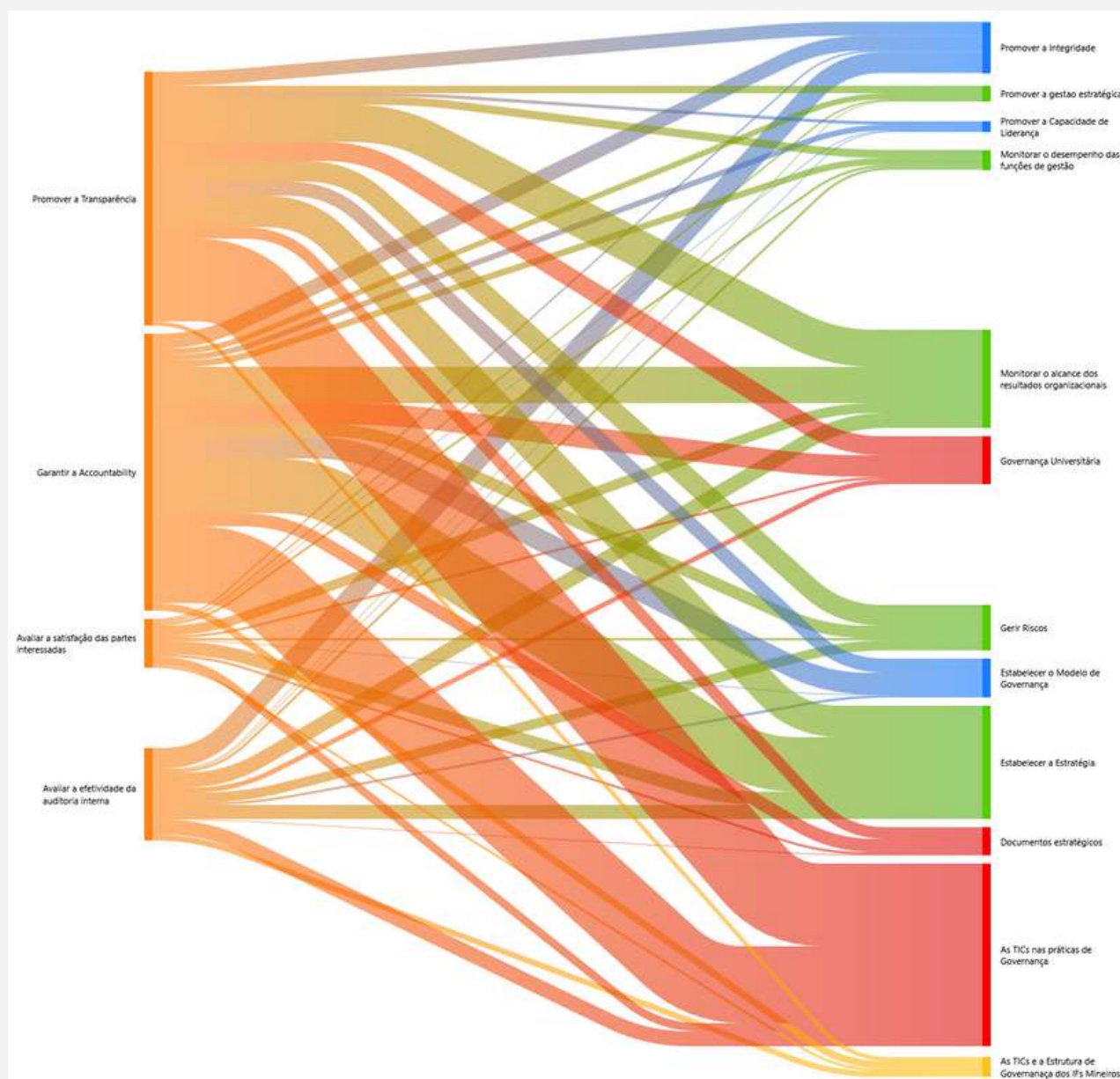
Além disso, observou-se que as TICs facilitam os relacionamentos entre as práticas de controle por meio de ferramentas digitais como por exemplo, a prática de transparência subsidiada pela estrutura dos portais eletrônicos. Estes, funcionam como os principais canais de relacionamento institucional e participação social.

Verificou-se também que a *accountability* e a transparência se manifestam, mediadas pelas TICs, em diversos momentos. Os seguintes exemplos podem ser citados: 1 - quando as recomendações da CGU e do TCU que são enviadas aos órgãos por meio dos sistemas; 2 - No momento em que a comunidade acadêmica participa por meio de plataformas digitais (portais institucionais, redes sociais, etc.); e 3 - Por meio da transparência ativa com a disponibilização de documentos digitais para acompanhamento via sistema ou plataforma digital.

Ficou evidente, por meio da análise de coocorrências que as práticas “Promover a transparência” e “Garantir a *accountability*” possuem uma associação forte com a categoria “As TICs nas práticas de governança”. Em outras palavras, é possível inferir que as práticas de governança do mecanismo de controle são mais eficientes quando combinadas com as TICs.

Diagrama de coocorrências do mecanismo Controle.

Figura 6: diagrama de coocorrências da categoria Controle



Fonte: elaboração própria a partir do software Atlas.ti

3. As TICS na governança universitária

O terceiro capítulo denominado “as TICS na governança universitária”, contempla três categorias: 3.1 – Documentos estratégicos; 3.2 – As TICs nas práticas de governança; e 3.3 – Governança Universitária.

Figura 7: As TICs na governança universitária.



Verificou-se a presença do código "Governança de TIC" pertencente à categoria "As TICs nas práticas de governança" o que representa aspectos da estrutura de governança de TI, semelhantes à estrutura e modelo de governança organizacional adotados pelos IFs mineiros. Observou-se que para outras áreas administrativas não ocorre o mesmo.

Observou-se que a palavra "gestão" se relaciona com as três categorias: "Documentos estratégicos", "As TICs nas práticas de governança" e "Governança universitária".

Significa dizer que palavras "gestão" aparece em diversos códigos dessas três categorias.

O aparecimento frequente do termo "gestão" no processo de codificação permite inferir que há um alinhamento com a governança tendo em vista o aprimoramento da forma como os problemas institucionais são tratados e resolvidos (Lillo; Aillañir, 2016; Cristovam; Saikali; Sousa, 2020; Gesser et al., 2021; Silva et al., 2023).

Observou-se, pelo diagrama de coocorrências que a governança universitária está fortemente ligada às Tecnologias da informação e comunicação e que as TICs desempenham papel fundamental tanto no planejamento estratégico como na transparência dos Institutos Federais em Minas Gerais.

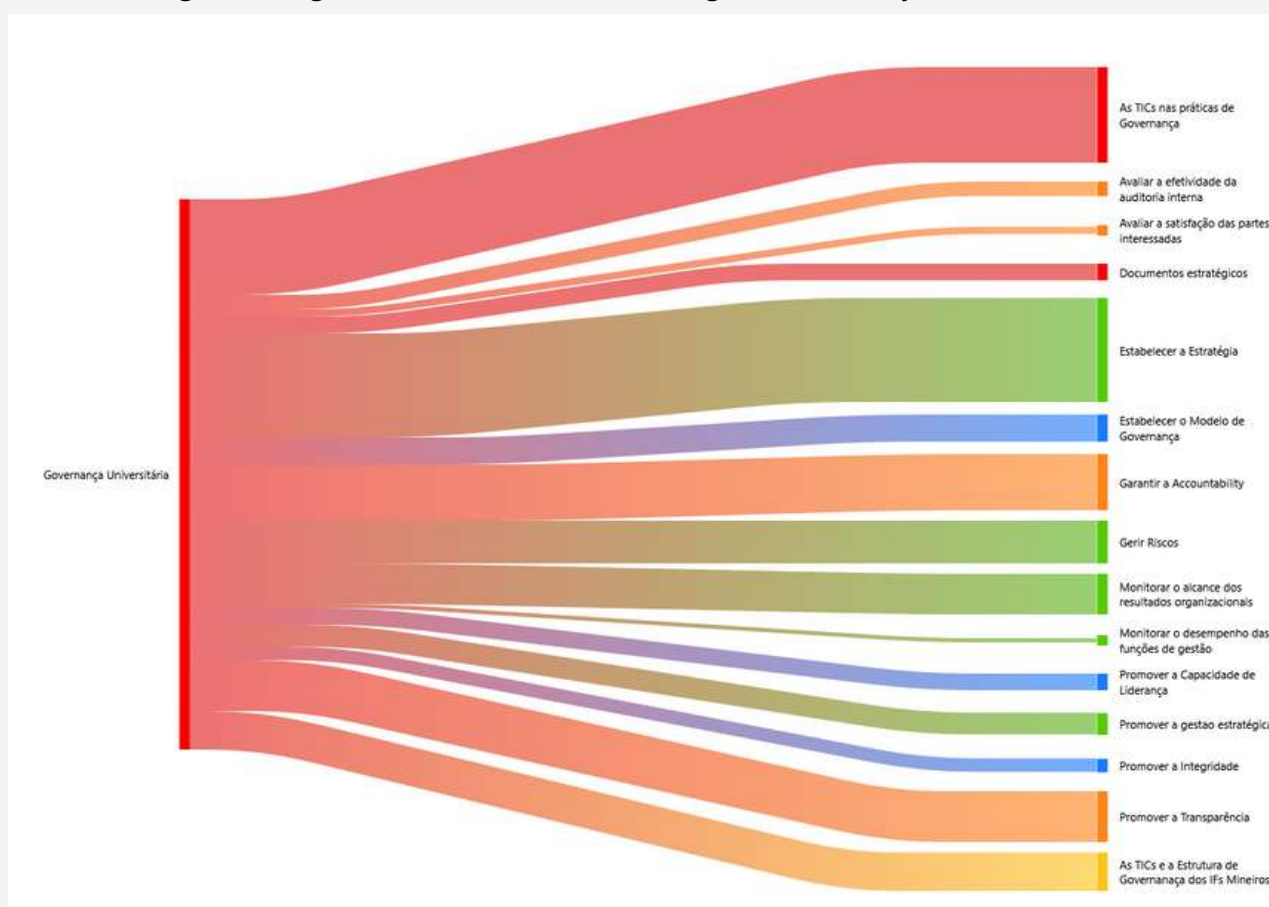
Além disso, notou-se que as TICs são tidas como ferramentas estratégicas e essenciais para a agregação de valor institucional posicionando-se, inclusive no primeiro nível hierárquico próximo ou ligado aos principais tomadores de decisão.

Verifica-se, porém, uma preocupação com cumprimento de determinações legais o que permite inferir que os IFs mineiros estão empenhados na aplicabilidade legal para melhorar a governança na geração de valor e retorno à sociedade ou, apenas, para o cumprimento burocrático legal (Lennan; Semensato; Oliva, 2015).

Portanto, vale ressaltar que há muito a se fazer para melhorar os processos e práticas que possibilitem melhorias na governança pública universitária.

Diagrama de coocorrências Governança universitária.

Figura 8: diagrama de coocorrências da categoria Governança universitária.



Fonte: elaboração própria a partir do software Atlas.ti.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Conforme apresentado, as TICs são ferramentas essenciais para a governança universitária e contribuem para a construção de uma gestão pública mais eficiente, transparente e participativa.

É importante salientar que as TICs facilitam a gestão de recursos, a comunicação interna e a avaliação de resultados, otimizando a alocação de verbas, agilizando o fluxo de informações e gerando relatórios mais precisos. Ou seja, contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade, o aumento da eficiência administrativa e a redução de custos.

Assim, para que os IFs mineiros consigam atingir níveis de governança que reflitam em qualidade, eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos há a necessidade da utilização de ferramentas adequadas as quais, geralmente, perpassam pelas TICs, especialmente no formato de softwares e aplicações digitais.

Diante do que foi apresentado, percebe-se que as contribuições das TICs para os IFs Mineiros é uma questão estratégica que pode aprimorar o planejamento e otimizar os recursos e investimentos aplicados.

Ao reconhecer a interdependência entre as TICs e as práticas de governança, os IFs Mineiros podem fortalecer a gestão e governança, mitigar os riscos e, ainda, oferecer serviços de qualidade à comunidade acadêmica.

Neste contexto, com base no estudo realizado, apresenta-se, em suma, algumas recomendações de intervenção a serem implementadas no âmbito dos cinco Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atuantes no Estado de Minas Gerais.



Em relação às TICS e a estrutura de governança dos IFs mineiros, recomenda-se:

➤ RECOMENDAÇÕES

1 - Fortalecer as estruturas de governança por meio de inclusão de entidades externas nas instâncias externas de apoio de modo que possibilite a realização de auditorias independentes e controle social organizado.

2 - Ampliar a participação das TICS nos órgãos colegiados superiores (CONSU) representadas por um membro do Conselho de Governança Digital; ou do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC); ou ainda pelo Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

3 - Ampliar a participação da comunidade acadêmica no COGD visando proporcionar a pluralidade de ideias, ampliar a diversidade e incentivar a participação democrática. Como exemplo, incluir representantes dos discentes, TAEs e Docentes que não sejam vinculados à área de TIC.

4 - Ampliar os recursos financeiros disponibilizados para investimento e custeio em TICS visando melhorar a qualidade da infraestrutura e dos serviços prestados aos alunos, professores e técnicos administrativos de forma que

garanta o aumento da eficiência e eficácia administrativa. Exemplo: Fixar (reservar) um percentual factível do orçamento para ser utilizado especificamente para as TICS. Este percentual facilitaria na elaboração do PDTIC e demais atividades de planejamento que envolvam a área de TIC.

5 - Melhorar os indicadores avaliados pelo TCU, por meio da consolidação das estruturas de liderança, estratégia, controle, gestão e capacidade em gestão de TI, independentemente do orçamento disponível. Implementar um ciclo de melhoria contínua dos Indicadores.

6 - Desenvolver ferramentas que melhorem a governança pública universitária. Essas devem ser amplamente divulgadas para a comunidade acadêmica e de fácil acesso. Dois exemplos são: o painel de Governança do IFNMG e o painel de indicadores do IFTM. Sugere-se, contudo, a inclusão de indicadores de *accountability*, acompanhamento e monitoramento das metas e objetivos institucionais bem como das práticas de governança desenvolvidas nos IFs.



Em relação às “TICS e os mecanismos de governança dos IFs mineiros”, recomenda-se:



RECOMENDAÇÕES

1 - Desenvolver uma aplicação ou integrar, ou ainda, aprimorar os que já existem de forma que permita gerenciar os mecanismos de governança estabelecidos pelo TCU e possibilite a inclusão, alteração e exclusão de práticas próprias desenvolvidas pelos Institutos Federais. Além disso, a aplicação deve ser capaz de gerenciar não só a elaboração dos PDIs, PDTICs e Relatórios de gestão como monitorar a execução dos mesmos. Sugere-se ainda, a inclusão de um módulo de consulta e participação públicas que possibilitem o envolvimento social incluindo painel de votação/enquetes de temas propostos. Um exemplo de aplicação que abarca alguns desses requisitos é o Sistema de Planejamento Participativo (SISPLAN) utilizado pelo IFMG.

2 - Desenvolver ações específicas para a liderança como capacitação em ferramentas digitais, métodos ágeis aplicados ao gerenciamento de projetos, incentivar a utilização de aplicações digitais que otimizem os resultados das equipes de trabalho.

(reuniões virtuais, ferramentas colaborativas como planilhas e

documentos compartilhados).

3 - Para o aprimoramento estratégico dos IFs mineiros e melhoria na eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados sugere-se desenvolver práticas de gestão de projetos gerenciados por softwares especializados. A título de exemplo cita-se o sistema “Redmine”. Outra recomendação é implementar centrais de gerenciamento de serviços como GLPI). Estas ações devem ser expandidas para outros setores além da área de TI que, no geral, já utiliza essas ferramentas para acompanhar as atividades diárias.

4 - Fortalecer os mecanismos de controle, manter, atualizar e inovar os canais de comunicação. Fazer uso das redes sociais para prestação de contas, ampliar a utilização do termo *accountability* nos documentos institucionais vinculando-o às ações de transparência, prestação de contas e responsabilização.



Em relação à terceira às TICS na governança universitária, recomenda-se:

RECOMENDAÇÕES



1 - Incentivar o uso das TICs por servidores, alunos e comunidade em geral que faça uso dos serviços educacionais. Para isso recomenda-se a divulgação ampla com os links de serviços digitais, manuais ou cartilhas que contenham os principais recursos tecnológicos utilizados, passo a passo para o primeiro acesso e onde buscar ajuda.

2 - Otimizar a elaboração, acompanhamento e monitoramento dos documentos estratégicos por meio de ferramentas digitais que possibilitem a transparência e participação social durante todo o processo de elaboração, implementação e atualização.

3 - Promover, participar e desenvolver cursos, capacitações, palestras, simpósios, feiras e eventos institucionais que visem o desenvolvimento de práticas institucionais de Governança pública universitária. Abordar temas sobre a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, o aumento da eficiência e eficácia administrativa, bem como melhoria dos indicadores de governança.

Vale salientar que o TCU recomenda não realizar comparações no sentido de classificar qual melhor ou pior instituição com base nos indicadores de governança, pois a complexidade, cultura e particularidade de cada organização devem ser consideradas. Além disso, cada instituição pode desenvolver os seus próprios mecanismos e práticas de governança. (Brasil, 2020). Isso reforça o argumento de Gesser et al. (2022), Silva et al. (2023) ao pontuarem que as Instituições de Ensino Superior são "Complexas" e, neste sentido, avaliar a governança pública universitária apenas por índices pode não retratar a completude e realidade dos Institutos Federais mineiros.

Diante do exposto, é necessário, ainda, refletir se os IFs mineiros se preocupam com a aplicabilidade da governança na geração de valor e retorno à sociedade, ou apenas com o cumprimento legal (Lennan; Semensato; Oliva, 2015).

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E CONTATOS

JUNHO, 2024.

Discente: Welesson Flávio da Silva,
Mestrando em Administração Pública
welesson.silva@ufv.br

Orientadora: Tainá Gomide Rodrigues
Souza Pinto, Doutora em Administração
taina.gomide@ufv.br

Coorientadora: Simone Martins, Doutora
em Administração
simone.m@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa

REFERÊNCIAS

BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. 3 ed. Brasília, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-publica-a-3-edicao-do-referencial-basico-de-governanca-organizacional.htm>. Acesso em: 7 mar. 2023.

CRISTOVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo Digital na Implementação de Serviços Públicos para a Concretização de Direitos Sociais no Brasil. **Sequência**, Florianópolis, v. 84, abril 2020. p. 209 a 242. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/f9mk84ktBCQJFzc87BnYgZv/>. Acesso em: 4 jan. 2023.

IFMG. **Relatório de Gestão 2019**. 1 ed. Belo Horizonte: IFMG, 2020. 266 p.

IF SUL MG. **Relatório de Gestão 2019**. Pouso Alegre: IF Sul MG, 2020. 97 p.

GESSER, Grazielle Alano et al. Governança universitária: um panorama dos estudos científicos desenvolvidos sobre a governança em instituições de educação superior brasileiras. **Avaliação**, Campinas, v. 26, n. 01, março 2021.

LENNAN, Maria Laura Ferranty Mac; SEMENSATO, Bárbara Ilze ; OLIVA, Fábio Lotti . Responsabilidade Social Empresarial: Classificação das Instituições de Ensino Superior em Reativas ou Estratégicas sob A Ótica da Governança Corporativa. **REGE**, São Paulo, v. 2, n. 4, out./dez. 2015.

LILLO , Mariol Virgili ; AILLAÑIR, Katherine Figueroa . Formas de elección de rectores en las universidades tradicionales privadas chilena: una propuesta de investigación . **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 21, n. 2, p. 75-102, Jul./dez 2016. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/2236-6377.16.33>. Acesso em: 6 ago. 2023.

SILVA, Karina da et al. Conceitos de governança aplicados na governança universitária: uma revisão sistemática. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 6113-6131, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2037>. Acesso em: 6 ago. 2023.

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

Aos

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado “Análise das relações entre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a governança dos Institutos Federais mineiros”, derivado da dissertação de mestrado com o mesmo título, de autoria de “Welesson Flávio da Silva”.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada “Universidade Federal de Viçosa”.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um “relatório técnico” e seu propósito é “registrar o objetivo da proposta de intervenção”.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço “profiap@ufv.br”.

Cidade, UF ____ de ____ de 20 ____

Registro de recebimento
